

Caminhoneiros já fecham com Aidano

Os caminhoneiros autônomos de Brasília decidiram, apoiar o nome de Aidano Faria, candidato do PDT à Câmara dos Deputados, após várias reuniões em que foram discutidos os problemas enfrentados pela categoria que está sendo "massacrada" pelo monopólio das grandes empresas transportadoras. Dos encontros, entre outras providências, ficou decidido que os caminhoneiros, contando com a assistência jurídica de Aidano, vão fundar uma associação para defender os interesses da classe.

Os caminhoneiros apresentaram várias reivindicações, salientando que a categoria, após o Plano Cruzado, devido a falta de peças e material de reposição, como pneus, estão sendo sufocados por um cartel formado em todo o Distrito Federal, pelas transportadoras.

Segundo Paulo Fernandes de Medeiros, um dos representantes da categoria, é preciso que os caminhoneiros se unam para combater, de forma organizada, a exploração praticada pelas grandes transportadoras que repassam aos autônomos suas cargas com depreciação que "chega, as vezes, a 50 por cento do valor real do contrato".

Outro problema apontado: o retorno. O profissional é contratado para levar uma carga por um determinado valor e, ao retornar, por pressão patronal, só consegue carga pela metade do preço acertado em seu ponto de origem. Além disso, há o problema do pagamento normal de agenciamento de cargas, "hoje extorsivamente cobrada em função da tonelagem, quando seu valor é fixo, e em importância não superior a cem cruzados por fretamento".

Os caminhoneiros pediram, ainda, o apoio de Aidano Faria para que o governo passe a atuar de forma permanente nas estradas para garantir a segurança dos profissionais diante dos assaltos que têm aumentado nos últimos meses. Querem, também, que seja regulamentado o serviço do Tele-Estrada com a adoção de tarifa única para as ligações que hoje são cobradas na base de tarifas interurbanas determinadas pela Telebrás.

Os caminhoneiros denunciaram a cobrança do ágio por parte das concessionárias. "Elas submetem os autônomos a dispêndios elevados como o pagamento de depósito de 10 por cento do valor real do veículo sem garantir a sua data de entrega, o que ocorre normalmente oito dez e até doze meses após o contrato de compra" — disseram.